



Fundo Regional do Emprego

**Relatório de Gestão
Ano 2017**

N.º 2, do art.º 4º da Resolução n.º 100/2003, de 31 Julho





ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1 BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL	3
1.2 ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DO ORGANISMO	8
1.2.1 Orgânica	8
1.2.2 Missão	8
1.2.3 Receitas	8
1.2.4 Despesas	9
1.2.5 Mecanismo de contas de ordem	9
1.2.6 Receita consignada	9
1.2.7 Mecanismo de financiamento comunitário	9
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS	13
2.1 RECURSOS A AFETAR	13
2.1.1 Humanos	13
2.1.2 Financeiros	13
2.2 RECURSOS AFETOS	14
2.2.1 Humanos	14
2.2.2 Financeiros	14
2.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
2.3.1 Transição e reintegração população ativa	15
2.3.2 Cofinanciamento comunitário	15
3. AVALIAÇÃO FINAL	20
3.1 SALDOS DE GERÊNCIA	20
3.2 MECANISMO DO DEPÓSITO EM CONTAS DE ORDEM	21
3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	22
3.3.1 Execução da despesa	22
3.3.2 Execução da receita	25
3.4 ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
3.4.1 Contas do balanço	28
3.4.2 Contas de resultados	30
3.5 INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	32
3.6 INDICADORES ECONÓMICO E FINANCEIROS	34
3.7 APLICAÇÃO DE RESULTADOS	35
FICHA TÉCNICA	36

ÍNDICE DE TABELA E GRÁFICOS

Tabela 1-1 – INDICADORES DE CONJUNTURA PAEF - PPP	3
Tabela 1-2 – INDICADORES DE CONJUNTURA REAIS	3
Tabela 1-3 – POPULAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO	4
Tabela 1-4 – INDICADORES DE INFLAÇÃO	4
Tabela 1-5 – CURVA DE PHILLIPS	4
Gráfico 1-1 – INFLAÇÃO VS DESEMPREGO	4
Gráfico 1-2 – INVESTIMENTO VS DESEMPREGO	5
Gráfico 1-3 – INFLAÇÃO VS DESEMPREGO RAA	6
Gráfico 1-4 – INDICADORES REGIONAIS	6
Gráfico 1-5 – INVESTIMENTO VS DESEMPREGO RAA	7
Tabela 1-6 – ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	10
Tabela 1-7 – PROGRAMAS COFINANCIADOS (PROEMPREGO)	11
Tabela 1-8 – PROGRAMAS COFINANCIADOS (PO 2020)	11
Gráfico 1-6 – CICLO DE EXECUÇÃO DO FINANCIAMENTO POR PROJETO	12
Tabela 2-1 – TIPOLOGIA E EXECUÇÃO	15
Tabela 2-2 – EXECUÇÃO FÍSICA VS FINANCEIRA	16
Gráfico 2-1 – EXECUÇÃO GLOBAL PROGRAMAS COFINANCIADOS VS FINANCIAMENTO APROVADO	17
Gráfico 2-2 – TAXA EFETIVA POR PROGRAMA	17
Gráfico 2-3 – TAXA DE TRANSFERÊNCIA PROJETOS 2015	18
Gráfico 2-4 – TRANSFERÊNCIAS ACUMULADA AO LONGO DO PROGRAMA OPERACIONAL (PREÇOS CORRENTES)	18
Gráfico 2-5 – PO 2020 - Execução 2014-2015	19
Tabela 3-1 – SALDO DE GERÊNCIA	20
Gráfico 3-2 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA VS DESPESA EXECUTADA	22
Gráfico 3-3 – DESPESA CORRENTE VS DESPESA DE CAPITAL	22
Gráfico 3-4 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO	23
Gráfico 3-5 – DESPESA EXECUTADA VS ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO	24
Gráfico 3-6 – RECEITA ORÇAMENTADA CORRIGIDA VS RECEITA EXECUTADA	25
Gráfico 3-7 – RECEITA CORRENTE vs RECEITA DE CAPITAL	25
Gráfico 3-8 – RECEITA CORRENTE vs RECEITA DE CAPITAL (EXECUÇÃO ORÇAMENTAL)	25
Gráfico 3-9 – DESAGREGAÇÃO DA RECEITA POR CAPÍTULOS	26
Gráfico 3-10 – RECEITA EXECUTADA VS ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR CAPÍTULOS	26
Gráfico 3-11 – RECEITA LIQUIDADADA VS RECEITA EXECUTADA	27
Gráfico 3-12 – COMPOSIÇÃO DO ACTIVO	28
Gráfico 3-13 – EVOLUÇÃO DO ACTIVO	28
Gráfico 3-14 – COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	29
Gráfico 3-15 – ESTRUTURA DE CAPITALIS	29
Gráfico 3-16 – CASH-FLOW E MEIOS LIBERTOS DE EXPLORAÇÃO	30
Gráfico 3-17 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS	30
Gráfico 3-19 – CUSTO MÉDIO SALARIAL (€)	32
Gráfico 3-18 – DESPESA vs MASSA SALARIAL (milhares €)	32
Gráfico 3-20 – PRODUTIVIDADE MÉDIA SALARIAL	33

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

O exercício de 2017 representa a sustentação da economia portuguesa no acesso aos mecanismos de financiamento de mercado, após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), e evidenciou a manutenção da melhorias sustentada da envolvente externa ao nível financeiro via criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade e da União Bancária Europeia e do progresso ao nível das exportações, nomeadamente de serviços, via crescimento do sector da atividade turística, refletida no saldo positivo da balança comercial, superavitária desde 2012, inferior contudo ao ano de 2016 por via do agravamento da balança comercial de bens, que sofre um agravamento de 1,25%, em contraponto ao crescimento positivo inferior da balança comercial de serviços de 1,16%. Traduziu ainda o crescimento do PIB superior às projeções, que em 2017 se cifrou numa taxa de crescimento de 2,67%. O cenário macroeconómico traçado, previa para o ano findo uma taxa de desemprego idêntica a 2016, ao atingir um índice estimado de 9,9% (tabela 1-1).

Tabela 1-1 – INDICADORES DE CONJUNTURA PAEF - PPP

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB (Δ%)	-2,5	1,3	-2,2	-1,8	1,2	2,5	2,2	2,0	1,8
IPC (%)	-0,9	1,4	3,5	2,1	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6
Tx. desemp. (%)	9,6	11,0	12,1	13,4	15,3	12,0	10,8	9,8	9,9

Fonte: relatório FMI Country Report n.º 11/127 – 06/2011, projeções BP

Comparativamente às previsões então avançadas, podemos constatar que relativamente ao triénio 2011-2013, a contração conjuntural inverte-se de forma positiva, mantendo a tendência já verificada em 2016, comprovando-se alguns desvios relativamente à situação real, e, nomeadamente, no que à Taxa de Desemprego respeita, dado que no quarto trimestre de 2017 a mesma apresenta em termos efetivos uma taxa de 8,87%, inferior relativamente à estimativa, e em comparação aos 7,3 % da zona euro, e, aos 4,1% dos EUA (fonte: EUROSTAT, US department of labour). Merece forte destaque a nível nacional e no espaço EU, relativamente ao período anterior, o forte crescimento da capacidade total de investimento produtivo em termos homólogos (variação), alcançando a nível nacional uma variação homóloga de 9,00%. A ênfase dada ao indicador da FBCF (formação bruta de capital fixo) sustenta-se no seu impacto direto na criação de emprego (tabela 1-2).

Tabela 1-2 – INDICADORES DE CONJUNTURA REAIS

	2017			
	Regional	Nacional	EU28	EUA
PIB (Δ%)	1,80	2,67	2,4	2,3
FBCF (Δ%) ¹	-	9,0	6,28 ²	2,21

¹ Considerando uma estimativa de 10% do PIB (dados PORDATA)

² Base 2015; \\S0200FPSA-VM\USRFRE\$IF197119\Desktop\Conta Gerência 2017\Relatório\Gráficos Relatório 2017_EU28_FBCF

IPC (%)	1,94	1,6	1,4	1,8
Taxa Desemprego (%)	8,30	8,87	7,3	4,1

Fonte: relatório Banco Portugal - 02/2015; EUROSTAT; Bureau of Economic Analysis; SREA

Introduzindo algumas apreciações relativas à evolução e tendências ao nível do mercado de trabalho.

Tabela 1-3 – POPULAÇÃO, EMPREGO E DESEMPREGO

	1992		2002		2017	
	Regional	Nacional	Regional	Nacional	Regional	Nacional
População (milhares)	237,8	9970	238,767	10368	244,474	10272,195
População ativa (milhares)	94,3	4737	103,645	5409	122,048	5219,40
Taxa Atividade (%)	40,1	47,51	43,5	52,17	49,92	50,81
Emprego total (milhares)	89,38	4543	99,9	5137	111,899	4756,60
População desempregada (milhares)	3,4	194,10	2,671	270,5	120150	462,80
Taxa. Desemprego (%)	3,6	4,1	2,6	5,0	8,32	8,87

Fonte: FRE, relatório Banco Portugal - 02/2017: INE; PORDATA; SREA

Tabela 1-4 – INDICADORES DE INFLAÇÃO

	1992		2002		2016	
	Regional	Nacional	Regional	Nacional	Regional	Nacional
IPC - Geral (%)	8,50	8,95	3,90	3,60	1,94	1,4

Fonte: relatório Banco Portugal - 02/2018: INE; PORDATA

Tabela 1-5 – CURVA DE PHILLIPS

	2002		2014		2017	
	Regional	Nacional	Regional	Nacional	Regional	Nacional
Tx. Desemprego efetivo (%)	2,49	5,03	16,17	15,85	8,32	8,87
N _p (emprego + procura-desemp.) (milhares)	99,69	5095,9	95,37	4270,2	110,435	4801
Tx. Desemprego natural (%)	4,41	5,79	22,17	18,28	9,52	8,02
Excesso oferta vs procura (%)	-1,92	-0,76	-6,65	-2,44	-1,20	0,85
Tx Δ salário nominal (1993)	5,6	5,62	0,4	0,4	0,4	0,4
Curva de Philips -ε	-114,83	-439,25	-309,49	48,64	-312,613	-70,08
Curva de Philips -ε expectativas	-114,48	-	15,03	68,91	-45,02	-

Fonte: FRE

A relação entre inflação e emprego verifica um valor negativo, ou seja, e a mesma demonstra-se de forma empírica na medida em que a diminuição de taxa de desemprego varia de forma inversa ao da inflação, situação que no longo prazo se dilui, desde que acompanhada por aumentos de produtividade economia. Em termos imediatos, um maior volume de emprego determina um aumento de rendimentos disponível, e por conseguinte, da pressão sobre os preços, condição que se ultrapassa pelo funcionamento do mecanismo de equilíbrio da oferta e da procura de bens e serviços, na medida em que o rendimento disponível é absorvido pela capacidade produtiva da economia de mercado

Handwritten signatures in blue ink on the left margin.

Gráfico 1-1 – INFLAÇÃO VS DESEMPREGO

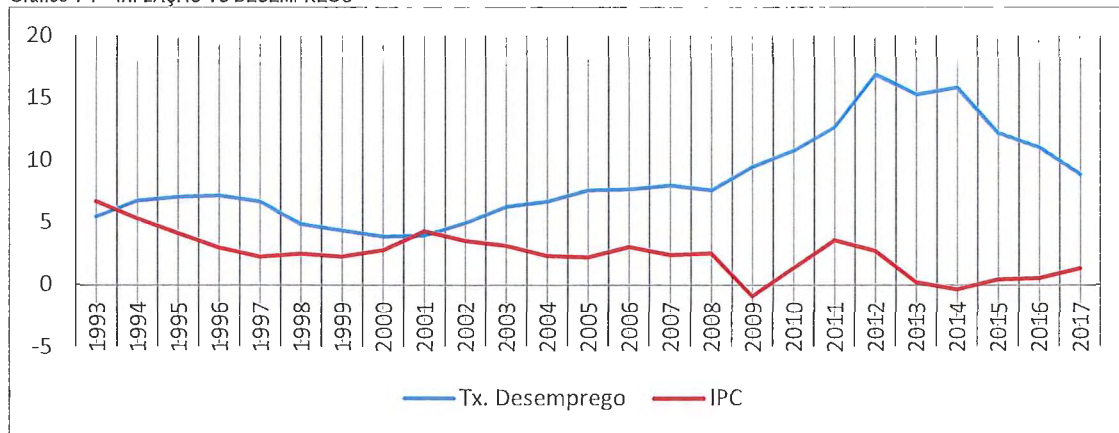
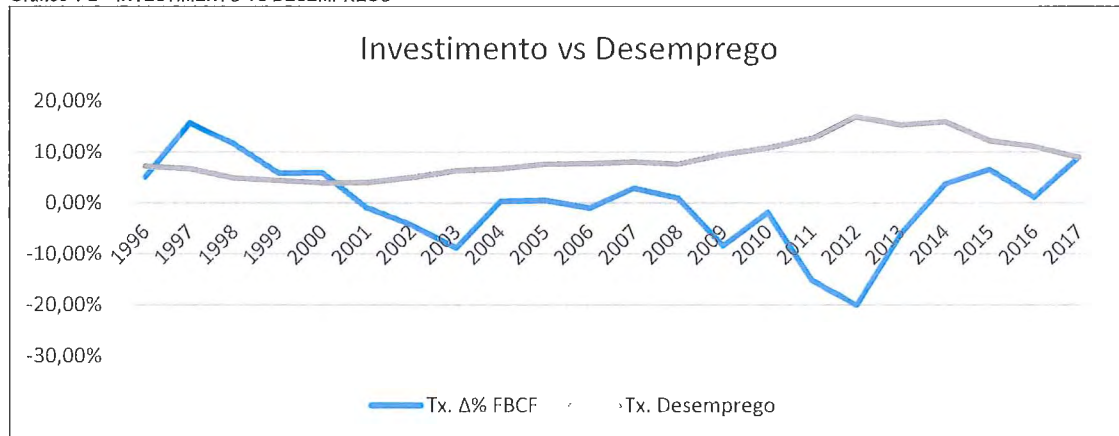


Gráfico 1-2 – INVESTIMENTO VS DESEMPREGO



A tendência em 2017 a nível nacional sustenta a tendência de diminuição do desemprego verificada no ano de 2016. Por outro lado, os indicadores agregados ao investimento registam a tendência acentuada variação positiva suportada na variação homóloga de 9 pontos percentuais verificada no indicador da FBCF. A tendência inflacionária ténue verificada em 2016 mantém-se, sustentada pela taxa de variação homóloga da inflação de 1,5 pontos percentuais, consubstanciado na prática pela tendência de aumento dos preços de importação e evolução moderada dos salários, para não dizer ténue.

Em termos regionais a tendência do desagravamento do desemprego verificada em 2016 manteve-se, verificando-se, no entanto, uma redução da variação homóloga superior na ordem dos 9,00%. (gráfico 1-3).

[Handwritten signature and scribbles in blue ink]

Gráfico 1-3 – INFLAÇÃO VS DESEMPREGO RAA

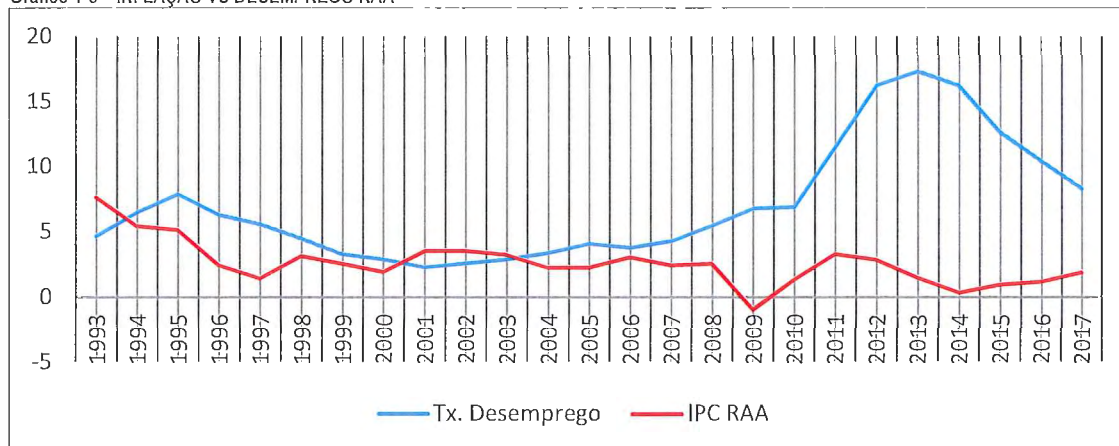
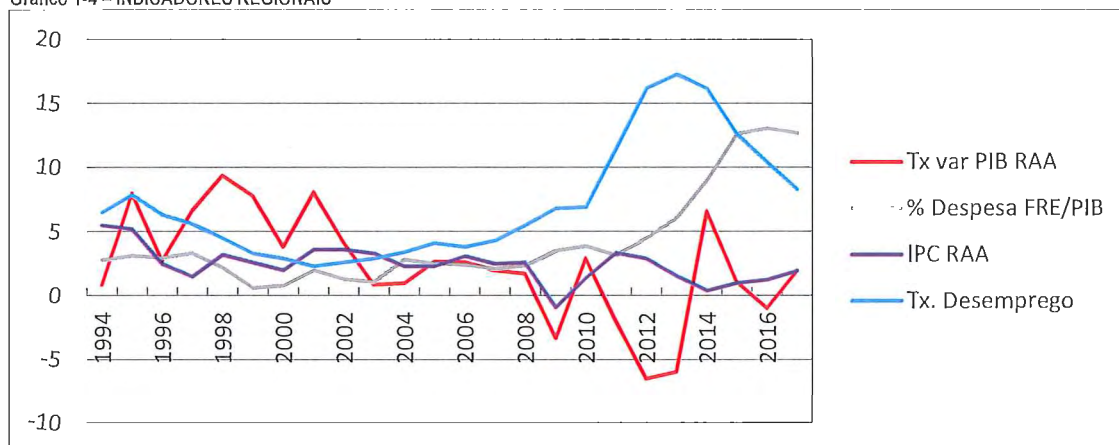


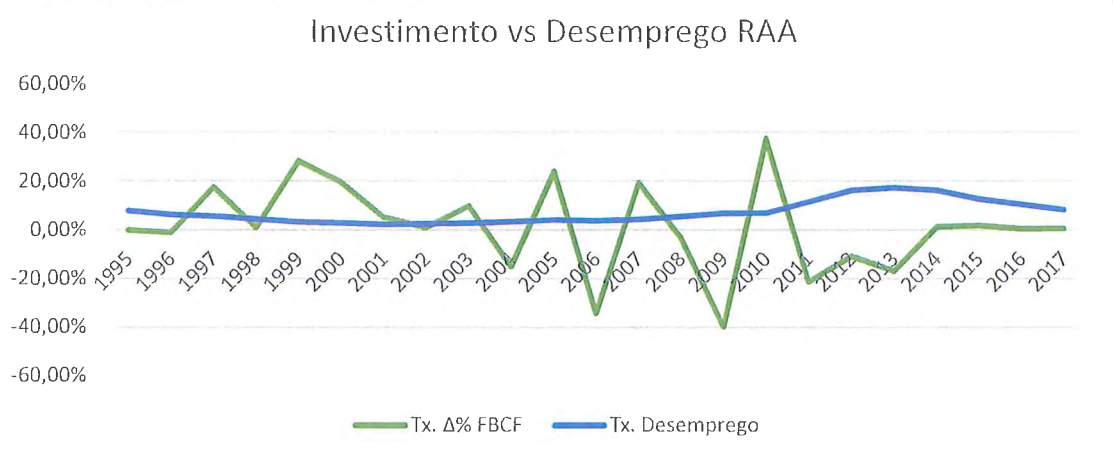
Gráfico 1-4 – INDICADORES REGIONAIS



Em termos reais, a despesa com programas de emprego e qualificação profissional promovidas pelo FRE decresceu 2,07%, atingindo entre financiamento direto (transferências correntes e subsídios) e despesas de funcionamento o montante de 50,51 M€, o que representa relativamente ao PIB estimado para 2017 um peso de 12,67%.

A captação de investimentos em rúbricas de capital reprodutivo e que garantam o crescimento de ciclos agregados à produção mantem-se premente, verificando-se uma variação homóloga de 0,59%, alicerçada nomeadamente do esforço de investimento público constante (gráfico 5-1).

Gráfico 1-5 – INVESTIMENTO VS DESEMPREGO RAA



1.2 ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS DO ORGANISMO

1.2.1 Orgânica

O Fundo Regional do Emprego (FRE), foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2003/A, de 6 de maio, encontra-se na dependência direta do Diretor Regional e é dirigido por um conselho de administração, composto por um presidente e dois vogais, estes últimos a exercer o cargo em regime de tempo parcial. O FRE é um Fundo dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

1.2.2 Missão

- Colaborar na execução de políticas de emprego, e formação profissional;
- Assegurar o processamento e o pagamento dos apoios atribuídos no âmbito das políticas descritas, ao funcionamento do mercado social de emprego e ao aumento da empregabilidade e qualificação dos jovens e à sua preparação para integração na vida ativa;
- Assegurar a cobrança, e administrar as receitas resultantes da aplicação de coimas e multas em matéria laboral, de higiene e segurança no trabalho;
- Financiar ações e projetos de promoção e manutenção, assim como, de reabilitação profissional, de higiene e segurança no trabalho, e apoio à mobilidade geográfica de trabalhadores;
- Aprovar e reescalonar planos de reembolso e de obrigações assumidas;
- Gerir e administrar fundos comunitários atribuídos no âmbito da sua ação;
- Fiscalização das atividades por si financiadas;
- Executar estudos e trabalhos de cariz técnico, relativos ao acompanhamento e controlo de execução dos financiamentos referidos;
- Promover, financiar e acompanhar ações conexas com as citadas atividades.

1.2.3 Receitas

- Verbas inscritas no ORAA;
- Transferências resultantes da Taxa Social Única, na proporção definida por Lei;
- Fundos comunitários que lhe sejam destinados;
- Provenientes da alienação e gestão do seu património;
- Assunção de empréstimos e outras operações de crédito;
- Juros, comissões, reembolsos e outros rendimentos, resultantes das ações por si financiadas;
- Amortizações dos empréstimos concedidos e da não execução dos projetos apoiados;
- Receitas cometidas por Lei aos extintos GGFE e GRGFD;
- Outras definidas por Lei.



1.2.4 Despesas

- Relativas ao funcionamento e cumprimento das respetivas obrigações;
- Os custos com a aquisição de bens e serviços;
- Outras relacionadas com a prossecução das suas atribuições

1.2.5 Mecanismo de contas de ordem

- Disciplina orçamental sujeita ao regime aplicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 1/84/A
- Isenção de reposição de saldos de gerência, por determinação do artigo 10º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2013/A;
- Isenção de entrega de receitas próprias por força da revogação decorrente do artigo 20º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2013/A.

1.2.6 Receita consignada

- O artigo 7º da lei n.º 91/2001³, de 20 de Agosto (Lei de Enquadramento Orçamental - LEO) determina a não consignação de receita à cobertura de despesa, com exceção:
 - Reprivatizações;
 - Fundos comunitários;
 - Financiamento da Segurança Social;
 - Subsídios, donativos ou legados particulares;
 - Despesas de cariz excecional e temporário
- O Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A consigna o produto de coimas e contraordenações aos custos de funcionamento e despesas processuais da IRT, mecanismo que se tem vindo a observar, não obstante da obrigação disposta pela LEO;
- 50% da receita apurada em matéria de coimas e contraordenações, constituem receita do Fundo de Acidentes de Trabalho;

1.2.7 Mecanismo de financiamento comunitário

Na sua planificação e gestão orçamental, o FRE constitui-se como organismo beneficiário da execução financeira do atual Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período 2014-2020, definido pelo quadro estratégico instituído pela agenda Europeia denominada “Estratégia Europa 2020” consubstanciada na estrutura dos fundos disponibilizados no acordo “Portugal 2020”, o qual permite o acesso aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), instituídos e atualizados no âmbito dos Regulamentos (EU) n.º1303/2013 e 1304/2014 de 17 de dezembro, constituídos pelo FEDER, FSE; FC, FEADER, FEAMP,

³ Revogada pela Lei n.º 151/2015, a partir de 12-9-2015, sem prejuízo de durante três anos após esta data, se manterem em vigor as normas relativas ao processo orçamental, ao conteúdo e estrutura do Orçamento do Estado, à execução orçamental, às alterações orçamentais, ao controlo orçamental e responsabilidade financeira, ao desvio significativo e mecanismo de correção, às contas, à estabilidade orçamental, às garantias da estabilidade orçamental, bem como às disposições finais

aplicados através de delimitação dos programas operacionais (PO) e programas de desenvolvimento rural (PDR), com regulamentação nacional ao abrigo dos Decreto – Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro e Decreto – Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e, regulamentação regional disposta ao abrigo da Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014, de 6 de novembro, pela Portaria n.º 118/2015, de 2 de setembro, Portaria n.º 57/2015, de 6 de maio, Portaria n.º 136, de 21 de outubro e Portaria n.º 156/2015, de 3 de dezembro.

Neste âmbito, em 2015 encontra-se constituído como Beneficiário Responsável pela Execução da Política Pública (BREPP), e neste âmbito beneficia de PO nacional específico denominado como POISE e do PO regional denominado PO Açores 2020.

Tabela 1-6 – ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO



- Beneficiário do Programa Operacional do Fundo Social Europeu para RAA – PROEMPREGO, no âmbito do QREN (conclusão);
- Beneficiário do Programa Operacional do Fundo Social Europeu no Âmbito do PO Açores 2020 (quadro de programação comunitário Portugal 2020)⁴;
- Beneficiário do Programa Operacional do Fundo Social Europeu no Âmbito do POISE 2020 (quadro de programação comunitário Portugal 2020)
- Taxa de comparticipação comunitária do financiamento: 85% e 92%;
- Componente pública nacional do financiamento (15% e 8%) suportada pelo Orçamento da RAA;

⁴ Resolução do Conselho do Governo n.º 156/2014, de 6 de novembro, Portaria n.º 57/2015, de 6 de maio (Eixo 8), Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro (Eixo 10), Portaria n.º 156/2015, de 3 de dezembro (Eixo 9)

- Iniciativas/medidas de emprego executadas financeiramente pelo FRE e passíveis de cofinanciamento pelo PROEMPREGO (Tabela 1-6)
- Iniciativas/medidas de emprego executadas financeiramente pelo FRE e passíveis de cofinanciamento pelo PO 2020 (Tabela 1-7)

Tabela 1-7 – PROGRAMAS COFINANCIADOS (PROEMPREGO)

PROGRAMAS / INICIATIVAS DE EMPREGO	PROEMPREGO	
	Tipologia de Projetos / ação tipo	Regulamentação específica
ESTAGIAR L e T Resolução n.º 15/2015 de 23/01 ⁵	T1.2 – Transição para a Vida Ativa 1.2.1 Plano de Estágios	Despacho 107/2008 de 21/02
BERÇO DE EMPREGO Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2008/A de 07/05	T2.2 – Apoio à Inserção de Mulheres em Meio Laboral 2.2.2 Job Rotation (Berço de Emprego)	Despacho 109/2008 de 21/02
REDE VALORIZAR Despacho n.º 262/2012 de 21/02	T 6.1 – Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica para a população açoriana 6.1.2 Apoio CRVCC (atuais CNO)	Despacho 489/2009 de 28/04
MERCADO SOCIAL DE EMPREGO (Empresas de inserção/Integração de portadores de deficiência/PROSA) Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A de 13/09/ Resolução n.º 189/2002 de 26/12/ Resolução do Conselho do Governo n.º 23/2009 de 02/02	T6.3 – Apoio à Reintegração de Desfavorecidos em Meio Laboral 6.3.1 Apoio à Inserção Profissional de Públicos Desfavorecidos em Regime Experimental	Despacho 115/2008 de 21/02 ⁶

Fonte: FRE

Tabela 1-8 – PROGRAMAS COFINANCIADOS (PO 2020 e POISE)

PROGRAMAS / INICIATIVAS DE EMPREGO	PO 2020 e POISE	
	Tipologia de Projetos / ação tipo	Regulamentação específica
ESTAGIAR L Resolução n.º 15/2015 de 23/01	E 8 – Emprego e Mobilidade Laboral PI 8.2 – Integração sustentável no mercado laboral dos jovens	Portaria n.º 57/2015 de 06/05
BERÇO DE EMPREGO Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2008/A de 07/05	E 8 – Emprego e Mobilidade Laboral PI 8.4 - Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios	Portaria n.º 57/2015 de 06/05
REDE VALORIZAR Despacho n.º 262/2012 de 21/02	E 10 – Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida PI 10.3 – Aprendizagem ao longo da vida	Portaria n.º 136/2015 de 21/10
ESTAGIAR T Resolução n.º 15/2015 de 23/01	E 9 – Inclusão Social e Combate à Pobreza PI 9.1 - Inclusão ativa, Promoção da igualdade de oportunidades e Melhoria da empregabilidade	Portaria n.º 156/2015 de 3/12

⁵ Alterada e republicada pela Resolução n.º 100/2015, de 15 de julho

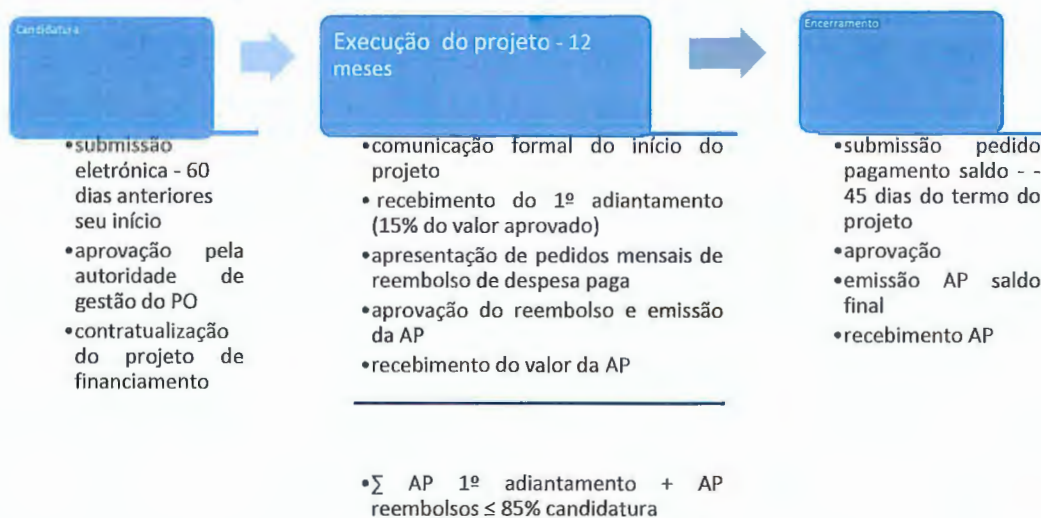
⁶ Alterado e republicado pelo Despacho n.º 603/2013, de 1 de abril



criação DO PRÓPRIO EMPREGO Resolução n.º 15/2013 de 19/02	E 8 – Emprego e Mobilidade Laboral PI 8.3 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas inovadoras	Portaria n.º 57/2015 de 06/05
INTEGRA Resolução n.º 78/2014 de 29/04 ⁷	E 8 – Emprego e Mobilidade Laboral PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Portaria n.º 57/2015 de 06/05
PIIE – Incentivo à Inserção de Estagiários Resolução n.º 13/2013 de 19/02 ⁸	E 8 – Emprego e Mobilidade Laboral PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Portaria n.º 57/2015 de 06/05
PROSA Resolução n.º 139/2015 de 15/09	E 9 – Emprego e Mobilidade Laboral PI 9.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Portaria n.º 156/2015 de 03/12
RECUPERAR Resolução n.º 104/2015 de 15/07	E 9 – Inclusão Social e Combate à Pobreza PI 9.1 - Inclusão ativa, Promoção da igualdade de oportunidades e Melhoria da empregabilidade	Portaria n.º 156/2015 de 3/12
REQUALIFICAR Resolução n.º 47/2012 de 29/03	E 10 – Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida PI 10.3 – Aprendizagem ao longo da vida	Portaria n.º 136/2015 de 21/10
IDEIA JOVEM Resolução n.º 57/2015 de 11/11	Inclusão Social e Emprego	Portaria n.º 97-A/2015

Fonte: FRE

Gráfico 1-6 – CICLO DE EXECUÇÃO DO FINANCIAMENTO POR PROJETO



Fonte: FRE

⁷ Revogada pela Resolução n.º 154/2015, de 11 de novembro

⁸ Revogada pela Resolução n.º 156/2015, de 11 de novembro

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

2.1 RECURSOS A AFETAR

2.1.1 Humanos

Dirigentes - 3
Técnicos Superiores - 4
Assistentes Técnicos - 5
Assistente operacional - 0

2.1.2 Financeiros

Saldo em contas de ordem gerência anterior	
Na posse do serviço	500.000,00 €
Na posse do tesouro	€
Receita previsional para 2017	
Transferências IGFSSA-IPRA	8.644.978,00 €
Outras receitas	54.205.022,00€
Total recursos financeiros	63.350.000,00 €
Despesa previsional para 2017	
Plano de atividades do FRE	60.372.291,00 €
Despesas c/ Pessoal e consumíveis	2.977,609,00 €
Total aplicação recursos financeiros	63.350.000,00 €

Fonte: plano de atividades do FRE



2.2 RECURSOS AFETOS

2.2.1 Humanos

Dirigentes - 3
Técnicos Superiores - 4
Assistentes Técnicos - 5
Assistente operacional - 0

2.2.2 Financeiros

Saldo em contas de ordem gerência anterior		
Na posse do serviço		5.674.306,71 €
Na posse do tesouro		0,00 €
Fundos alheios		9.340,93, €
Receita de Fundos Próprios		
Correntes		48.282.321,04 €
Capital		1.176.559,10 €
Total Receita do exercício		55.142.527,78 €
Despesa do exercício		
Plano de atividades do FRE – Programas		50.439.702,00 €
Despesas c/ o pessoal	6.664,97	
Despesas c/ consumíveis	1.629.506,57	
Programas	48.697.339,73	
Investimentos	106.190,73	
Despesas c/ o pessoal (CC FRE)		258.368,95 €
Despesas c/ consumíveis (CC FRE)		45.903,04 €
Investimentos (CC FRE)		24.552,29 €
Total Despesa do exercício		50.764.526,28 €

2.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.3.1 Transição e reintegração população ativa

Tabela 2-1 – TIPOLOGIA E EXECUÇÃO

DENOMINAÇÃO	TIPOLOGIA	EXECUÇÃO (milhares)	POPULAÇÃO ATIVA
ESTAGIAR	Transição vida ativa	13.069	1.388
PROSA	Reintegração vida ativa	7.567	1.918
FIOS	Valorização profissional	277	407
Berço de Emprego	Substituição temporária de ativos	452	228
INTEGRA	Criação novos postos de trabalho	4.900	1.121
PROTOCOLOS EP	Formação profissional	2.026	Financeira
Rede Valorizar	Certificação profissional	2.041	2.805
CIDADANIA	Programa ocupacional	102	34
EURODISSEIA	Mobilidade profissional	257	63 + Logística
Mercado Social Emprego	Criação novos postos de trabalho	85	12
IRT	-	140	Logística
OEFP	-	181	Logística
PIIE	Criação novos postos de trabalho	2.127	486
RECUPERAR	Inserção profissional e social de desempregados	16.395	3.304
CPE	Autoemprego	265	75
Campeonato das profissões	Valorização profissional	124	Logística
AGIR	Estágios reconversão profissional	241	116 + Logística
REQUALIFICAR	Requalificação habilitações	7	11
AGRICULTURA +	Integração ativos setor primário	0	0
Formação (Outra programação)	Formação e Valorização Profissional	20	12
		50.276	11.980

Fonte: DPE, FRE

No ano de 2017, a intervenção financeira do FRE, promoveu nas suas diversas vertentes ações que abrangeram um universo de global de 11.980 utentes, que representam 9,822% do total da população ativa, representando o montante global dos programas apoiados, 12,86 % relativamente ao PIB regional estimado.

2.3.2 Cofinanciamento comunitário

O cofinanciamento por parte das instituições europeias via programa operacional (PO) do Fundo Social Europeu, compreende a execução da regulamentação do quadro comunitário do PO Açores 2020, que compreende o período de 2014-2020, mecanismos que em 2017 constituem-se como instrumentos de execução orçamental de extrema relevância. Regra geral, comporta à partida 85% do total dos montantes

sujeitos a candidatura, constituindo os restantes 15% encargo do FRE (92% no caso do PO ISE). No exercício de 2017 foram aprovados pela gestão do PO 2020 o financiamento do total de 9 projetos, que envolveram um público-alvo de 10.598 utentes, que corresponde a 88,46 % do total de utentes abrangidos por programas de emprego, e uma despesa paga de 40.230.859,07 €, da qual se considera expectável um cofinanciamento previsto de 85%, no montante de 35.137.093,46 € como despesa elegível, tendo-se sido recebidos a título de 1^{os} adiantamentos, o montante de 3.842.202,50 €, e de reembolsos, o montante de 16.827.188,72 €. Acresce referir, que por motivo relacionado com a operacionalização dos mecanismos agregados à plataforma do novo programa, a submissão de despesa havida em 2014 para efeito de validação, só se tornou possível a partir de 2015.

Tabela 2-2 – EXECUÇÃO FÍSICA VS FINANCEIRA

Projetos PO 2020	N.º de pessoas abrangidas	Custo total elegível (milhares)
Projeto 08-3321-FSE-000002	75	235,2
Projeto 08-3219-FSE-000004	1.403	1.175
Projeto 09-4230-FSE-000004	1.918	3.707
Projeto 09-4230-FSE-000003	3.304	18.526,6
Projeto 08-3422-FSE-000002	228	569,9
Projeto 10-5470-FSE-000047	2.011	2.938
Projeto 08-3219-FSE-000005	513	4.111,8
Projeto 10-5470-FSE-000048	794	381,9
Projeto 08-3219-FSE-000006	352	3.446,3

Fonte: SIIFSE

Relativamente ao ciclo do quadro comunitário findo (2008/2013), os montantes globais de candidaturas aprovadas totalizaram 66.260,5 M€, para um total de financiamento aprovado de 49.816,51 M€ (gerência 2014), representando o financiamento aprovado já recebido o montante de 47.757,9 M€, sendo saldo devedor na ótica POCP, reportado a 31/12/2016, no total de 2.058,64 M€.

Em termos de execução do PROEMPREGO, o financiamento global aprovado no quadro totalizou então 49.816.511,86 €, cabendo ao ORAA o remanescente, no montante global de 18.592.627,32 € (gerência 2014). Deste modo verificase uma Taxa efetiva de cofinanciamento de 72,9% (gráfico 2-1), desvio que relativamente à componente pública regional, justifica-se na despesa inerente aos programas cofinanciados sem qualquer tipo de cobertura, representando o esforço do orçamento do FRE na prática 27,10%, e não os 15% regulados (gerência 2014).

Gráfico 2-1 - EXECUÇÃO GLOBAL PROGRAMAS COFINANCIADOS VS FINANCIAMENTO APROVADO

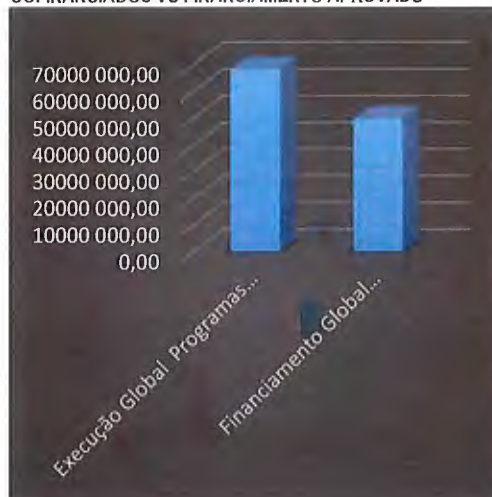
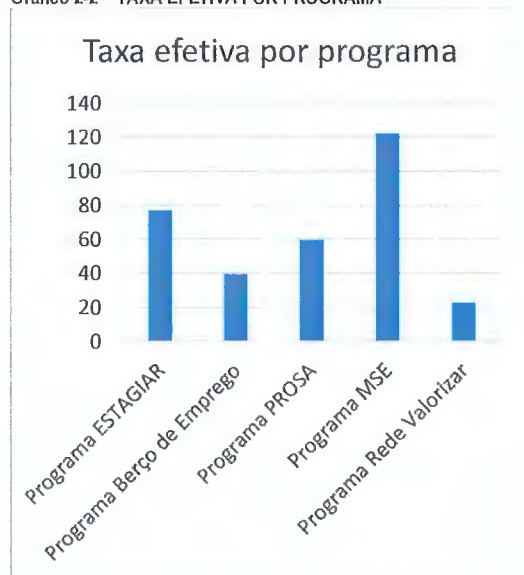


Gráfico 2-2 - TAXA EFETIVA POR PROGRAMA



A Taxa efetiva por programa correspondeu a 77,21% no ESTAGIAR L, no PROSA 59,7%, Mercado Social de Emprego 122,4%, no berço de Emprego 39,8%, e na Rede Valorizar 22,7% (gráfico 2-2) (gerência 2014).

Na ótica de tesouraria, a autoridade de gestão do PO pagou no decurso do exercício, 318.900 € relativos à restante programação de 2013 (PROEMPREGO), o que na prática traduz o esforço orçamental extremamente significativo do FRE relativamente ao ciclo do financiamento e tesouraria expectáveis (gráficos 1-6 e 2-4).



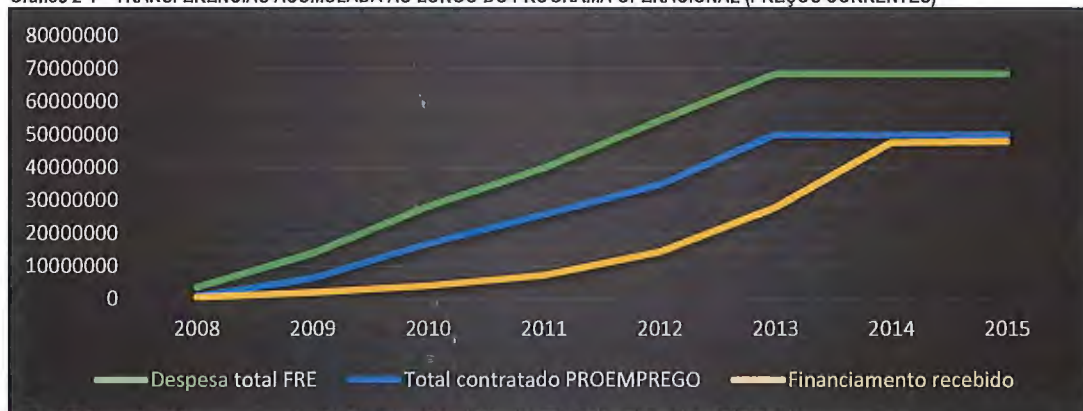
Gráfico 2-3 -- TAXA DE TRANSFERÊNCIA PROJETOS 2015



O montante transferido para o FRE até 2015 representou 95,84% do montante global aprovado (gráfico 2-3).

No decurso do QREN o desfasamento entre os montantes aprovados e recebidos sustenta a evolução gráfica apresentada no gráfico 2-4, que se traduz no saldo credor acumulado de 2.058.643,02 €, entretanto desconhecido pela autoridade de gestão, ou seja, uma taxa de cobrança de 95,84% atingida apenas após a conclusão do QC, e traduzida ao longo do quadro numa Taxa efetiva de cofinanciamento real de apenas 69,91% que representa ainda assim, um aumento de 0,47 % relativamente ao ano anterior, considerando a proporção entra o despesa total havida com programas sujeitos a cofinanciamento, e os montantes efetivamente recebidos ao longo do período.

Gráfico 2-4 – TRANSFERÊNCIAS ACUMULADA AO LONGO DO PROGRAMA OPERACIONAL (PREÇOS CORRENTES)



Comparativamente, constata-se graficamente o esforço que representou para o FRE e para a Região, o hiato compreendido entre 2009-2015, medida em que se verificou uma Taxa média efetiva de cofinanciamento de apenas 35,74%.

Relativamente ao PO Açores 2020, verifica-se que foram candidatados até 2017, 143.618.455,25 €, dos quais já foram recebidos a título de adiantamento e reembolsos 107.948.214,61 €, para um total de despesas sujeita a cofinanciamento de 169.706.526,84 €, o que representa um total expresso em candidatura de 84,63 %, para uma Taxa de execução efetiva (TEE $\frac{\text{Financiamento recebido}}{\text{Despesa total}}$) de **63,61 %** (gráfico 2-5)

Gráfico 2-5 – PO 2020 - Execução 2014-2017



Gráfico 2-6 – PO ISE - Execução 2014-2017



Relativamente ao POISE, verifica-se que foram candidatados até 2018⁹, 22.102.127,59 €, dos quais já foram recebidos a título de adiantamento e reembolsos 14.364.669,80 €, para um total de despesas sujeita a cofinanciamento de 21.162.049,19 €, o que representa um total expresso em candidatura de 104,44%, para uma Taxa de execução efetiva (TEE $\frac{\text{Financiamento recebido}}{\text{Despesa total}}$) de **67,88 %** (gráfico 2-6)

⁹ Candidatura já compreende o período até 2018



3. AVALIAÇÃO FINAL

3.1 SALDOS DE GERÊNCIA

A conta de gerência relativa ao exercício económico de 2017 tem um volume global de 58.817.846,82 € e sintetiza-se no seguinte quadro de fluxos:

Tabela 3-1 – SALDO DE GERÊNCIA

1. Saldo da gerência anterior:	
De receitas próprias	5.674.306,71
De receitas do Estado e Operações de Tesouraria	9.340,93
	<u>5.683.647,64</u>
2. Recebimentos na gerência:	
De receitas próprias	49.458.880,14
Recebido do Tesouro	0,00
De receitas do Estado e operações de tesouraria	3.675.319,04
	<u>53.114.655,18</u>
TOTAL	<u>58.817.846,82</u>
3. Pagamentos na gerência	
De receitas próprias	50.768.526,28
Entregues ao Tesouro	0,00
De receitas do Estado e operações de tesouraria	3.674.025,22
	<u>54.442.551,50</u>
4. Saldo para a gerência seguinte (1+2+3)	
De receitas próprias	4.367.054,00
De receitas do Estado	338,00
De Operações de Tesouraria – Fundos Alheios	7.903,32
	<u>4.375.295,32</u>
TOTAL	<u>58.817.846,82</u>

Fonte: Fluxos de caixa

No ano económico de 2017, o saldo resultante da execução orçamental foi de 4.375.295,82 € (5.683.647,64 € em 2016).

(Obs.) As rubricas "Recebido no Tesouro" e, "Entregue no Tesouro", resultam da aplicação legal do mecanismo de contas de ordem, prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 1/84/A, não relevando para efeito do apuramento dos saldos de gerência.

3.2 MECANISMO DO DEPÓSITO EM CONTAS DE ORDEM

No início do ano económico de 2017 não existia saldo na posse do Tesouro, e, no decorrer do ano económico não foram efetuadas entregas de receita própria em saldo de contas de ordem, por força do artigo 20º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2013/A, que veio revogar o n.º 1 e 2 do artigo 3º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/84/A.

3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.3.1 Execução da despesa

No ano económico de 2017, a despesa executada no orçamento do Fundo Regional do Emprego totalizou 50.768.526,28 €, incluindo a despesa de capital, enquanto a despesa orçamentada corrigida perfaz 53.750.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 94,45 %, o que representa um aumento de 9,58 % relativamente a 2016 (gráfico 3-2).

Gráfico 3-2 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA VS DESPESA EXECUTADA

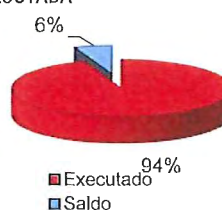
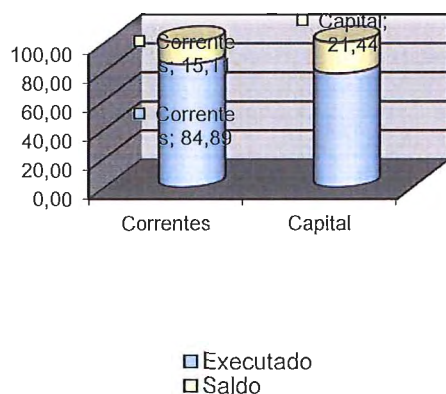


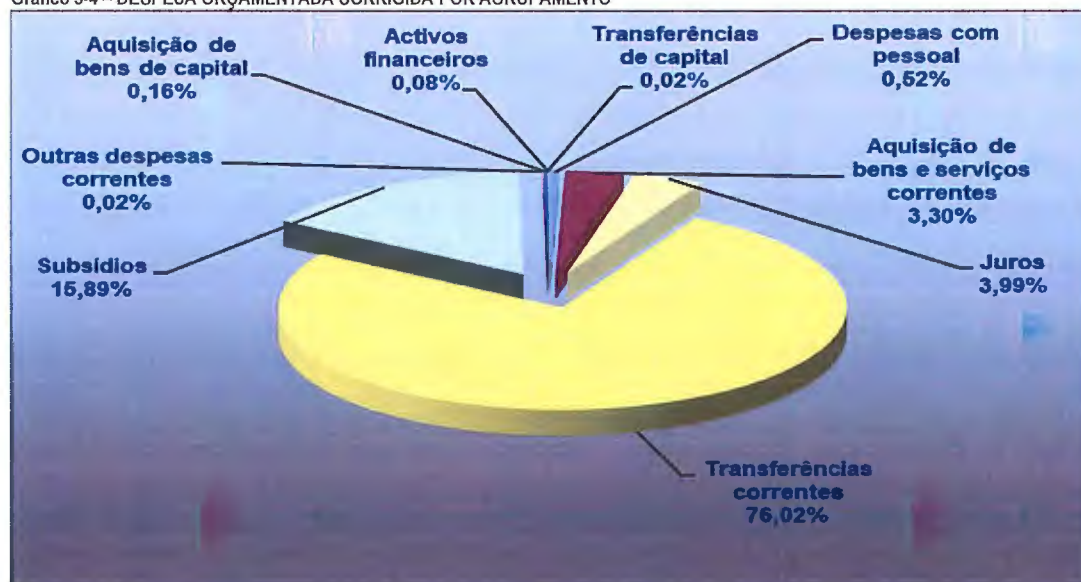
Gráfico 3-3 – DESPESA CORRENTE VS DESPESA DE CAPITAL



A despesa corrente orçamentada corrigida atingiu 53.528.800,00 € (99,58%), enquanto a despesa de capital corrigida orçou em 224.200,00 € (0,42%). Por outro lado, os pagamentos de despesas correntes totalizaram 50.637.821,84 € (99,74%) e os das despesas de capital totalizaram 130.743.02 € (0,26%), verificando-se uma execução orçamental da despesa corrente de 94,60% e uma execução orçamental da despesa de capital de 58,31% (gráfico 3-3)

Considerando as despesas pagas por agrupamento, verificou-se que foram as despesas com transferências correntes que apresentaram uma maior expressão na despesa orçamentada corrigida paga de 91,95%, representando aos subsídios 10,95%, a aquisição de bens e serviços 3,14%, os juros 3,19%, a despesa com o pessoal 0,47%, a componente de investimento agregada aos programas de emprego 0,01%, a concessão de empréstimos 0,16%, investimentos 0,07 % e outras despesas correntes um valor residual de 0,04% (gráfico 3-4).

Gráfico 3-4 – DESPESA ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO



Analisando em pormenor as receitas arrecadadas por capítulo, excluindo as rubricas de Operações extraorçamentais, verificou-se que foi obtido um grau de execução de 102,57 %, como já descrito, que decorre do facto da receita cobrada ter ficado acima do valor orçamentado corrigido em 1.383.186,85 €, resultando em grande medida da execução de rubricas resultantes de transferências da EU (39.495.049,81 €)

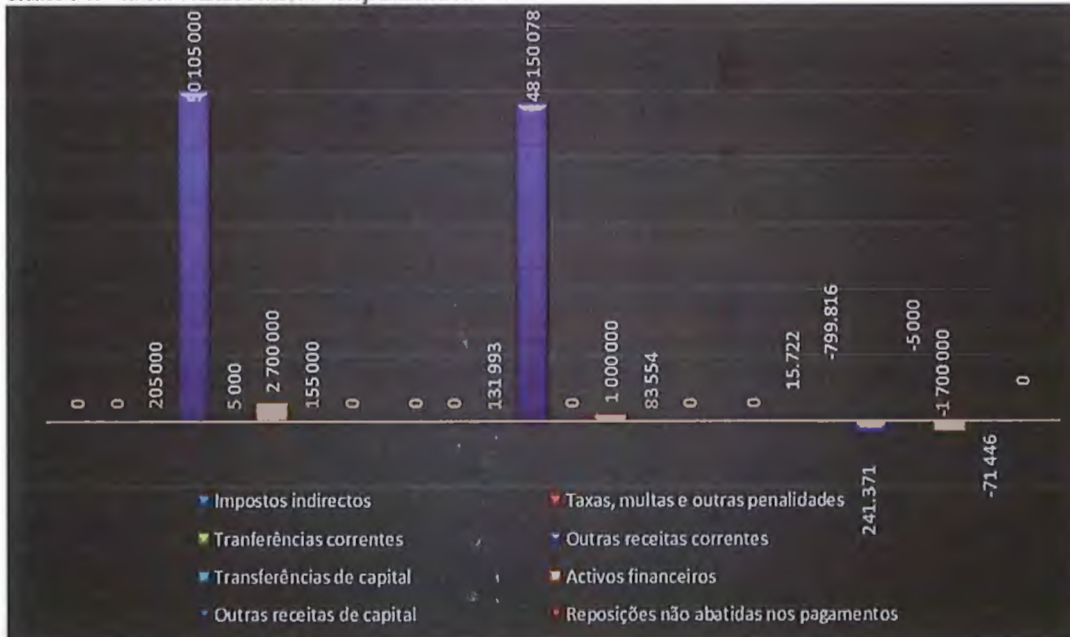
Gráfico 3-9 – DESAGREGAÇÃO DA RECEITA POR CAPÍTULOS



Desagregando a receita executada recebida, os capítulos que obtiveram uma execução orçamental mais expressiva foram portanto as transferências correntes (87,37%), transferências de capital (1,81%), ativos financeiros (0,15%), e Taxas, multas e outras penalidades (0,24%) (gráfico 3-9)

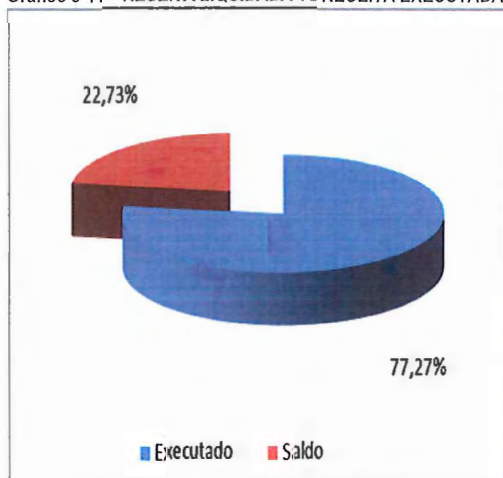
Verificou-se inexistência de execuções apenas nas outras transferências correntes (gráfico 3-10).

Gráfico 3-10 – RECEITA EXECUTADA VS ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR CAPÍTULOS



Aprofundando a análise à totalidade da receita liquidada no exercício, constata-se que o grau cobrança atinge 77,26% da sua totalidade. Tal decorre da insuficiência das transferências de capital, que correspondeu a uma insuficiência de execução de 1.7 M €.

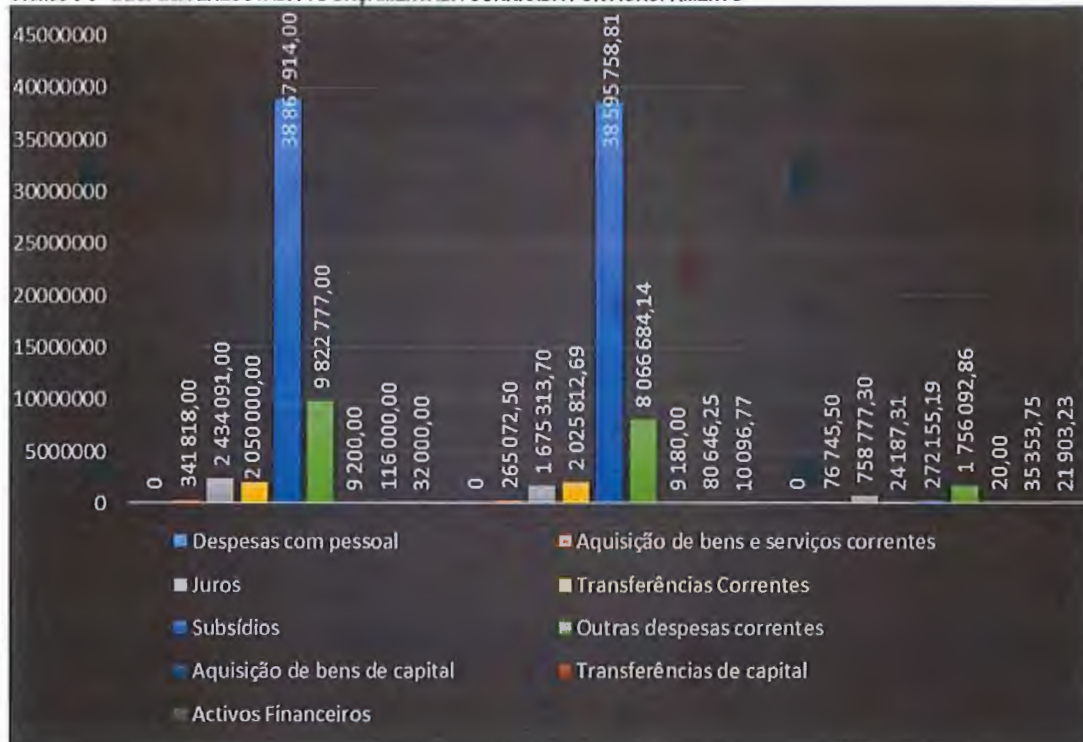
Gráfico 3-11 – RECEITA LIQUIDADADA VS RECEITA EXECUTADA



No ano económico de 2017 a receita liquidada no orçamento do Fundo Regional do Emprego totalizou 71.353.101,29 € enquanto a receita executada orçou em 55.133.186,85 €, o que se traduziu num grau de cobrança orçamental de 77,27%, superior em 0,70 % ao de 2016 (gráfico 3-11)

Foram atingidos graus de execução orçamental superiores a 90% na execução de transferências correntes, despesas financeiras e outras despesas correntes, superiores a 80% na concessão de subsídios, e as restantes entre os 31% e os 77% (gráfico 3-3 e gráfico 3-5).

Gráfico 3-5 - DESPESA EXECUTADA VS ORÇAMENTADA CORRIGIDA POR AGRUPAMENTO




[Handwritten signature]

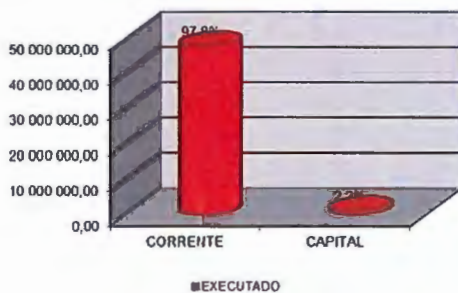
3.3.2 Execução da receita

No ano económico de 2017 a receita executada no orçamento do Fundo Regional do Emprego totalizou 55.133.186,65 € enquanto a receita corrigida orçava em 53.750.000,00 €, o que se traduziu num grau de execução orçamental superior a 100 % (gráfico 3-6).

Gráfico 3-6 – RECEITA ORÇAMENTADA CORRIGIDA VS RECEITA EXECUTADA



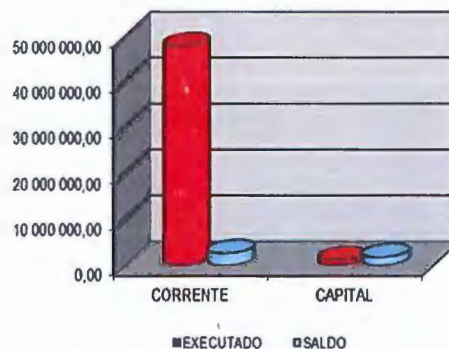
Gráfico 3-7 – RECEITA CORRENTE vs RECEITA de CAPITAL



A receita corrente, correspondeu a 97,80 % do total da receita executada, correspondendo a receita de capital a 2,20 % (gráfico 3-7)

Complementando, a receita corrente executada, apresenta um grau de execução orçamental de 95,96%, enquanto a receita de capital totaliza apenas 37,96%, como se traduzem nos saldos representados graficamente (gráfico 3-8).

Gráfico 3-8 – RECEITA CORRENTE vs RECEITA DE CAPITAL (EXECUÇÃO ORÇAMENTAL)





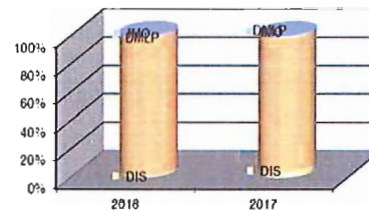


3.4 ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.4.1 Contas do balanço

O ativo líquido, no valor de 44.806.397,14 € é composto por imobilizado (0,82%), dívidas de terceiros de médio e longo prazo (0,29%), disponibilidades (4,27%), dívidas de terceiros de curto prazo (94,63%) e custos diferidos (0,01%). (gráfico 3-12 e anexo III – Balanço Funcional).

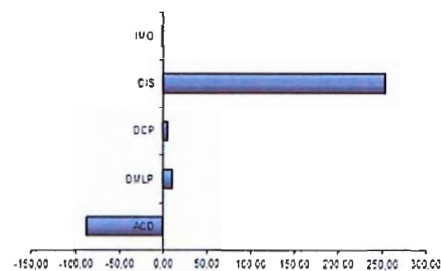
Gráfico 3-12 – COMPOSIÇÃO DO ACTIVO



Por sua vez, as disponibilidades são constituídas pelos saldos de depósitos em instituições financeiras no montante de 1.906.430,27 € (100.00%).

Relativamente ao exercício anterior, o ativo líquido aumentou 3.321.762,73 € (7,99%) que se explica, pelo aumento das dívidas de terceiros de curto prazo (4,81%), de médio e longo prazo (9,92%) e das disponibilidades (253,49%) e diminuição do imobilizado corpóreo (1,02%). (gráfico 3-13 e anexo III – Balanço Funcional).

Gráfico 3-13 – EVOLUÇÃO DO ACTIVO



O fundo de maneió líquido cresceu 2.260.228,14 € relativamente ao ano anterior, totalizando 43.267.387,56 €, tendo-se verificado uma variação positiva na tesouraria de 1.315.634,91 €, evidenciando assim equilíbrio ao nível da estrutura financeira.

No final do exercício os fundos próprios representavam 68,94% do ativo (42,28% no exercício anterior), enquanto as dívidas a terceiros de curto prazo representavam 2,32% (24,07% no exercício anterior) e os acréscimos e diferimentos representavam 28,74% (336,54% no exercício anterior) (gráfico 3-14).

Gráfico 3-14 – COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

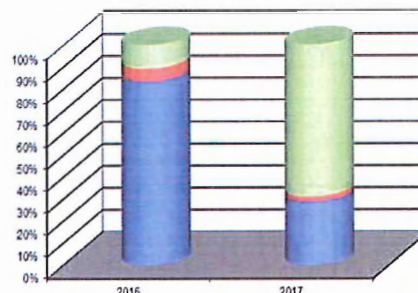
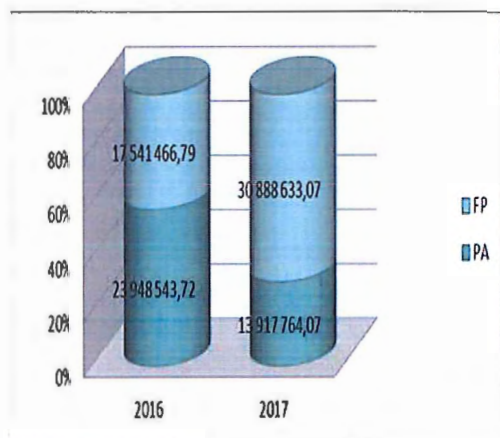


Gráfico 3-15 – ESTRUTURA DE CAPITALIS

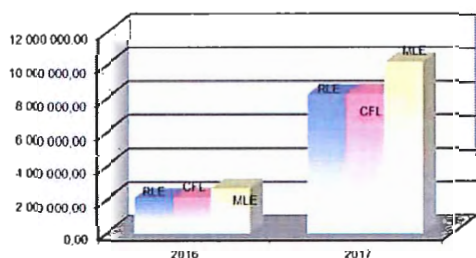


No mesmo período, os fundos próprios representavam 68,94 % da estrutura de capitais (42,28% no exercício anterior), o que evidencia o índice de solvabilidade superior a 2016 e uma estrutura financeira caracterizada por uma forte dependência da execução financeira de programas comunitários (gráfico 3-15)

3.4.2 Contas de resultados

O resultado líquido do exercício foi positivo em 8.256.851,12 € (positivo em 2.096.243,53 € no exercício anterior), tendo contribuído fortemente para este resultado, ao nível dos gastos, o predomínio das transferências correntes e prestações sociais que totalizaram 43.181.947,71 € e fornecimentos e serviços externos que totalizaram 1.685.765,23 €, custos com pessoal no valor de 221.875,49 € e amortizações no valor de 24.929,34 €, e, a nível dos ganhos os proveitos operacionais no montante de 55.387.772,73 €. No presente exercício, os custos operacionais (45.241.246,30 €), incluindo amortizações foram inferiores aos proveitos operacionais (55.387.772,73 €), obtendo-se um resultado operacional positivo de 10.146.526,43 €. No exercício anterior, os custos operacionais (58.805.765,35 €) foram inferiores aos proveitos operacionais (62.676.072,96 €), tendo-se obtido um resultado operacional positivo de 3.870.307,60 € (anexo II – Demonstração dos resultados)

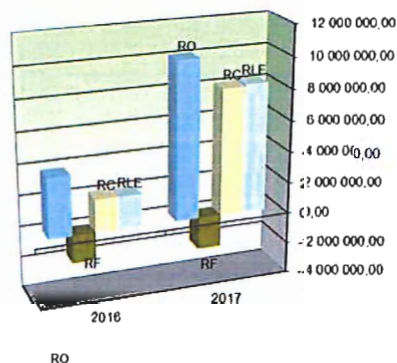
Gráfico 3-16 - CASH-FLOW E MEIOS LIBERTOS DE EXPLORAÇÃO



O gráfico 3-17 mostra o comportamento dos vários tipos de resultados, tendo-se verificado uma evolução positiva acentuada.

Os indicadores cash-flow e meios libertos de exploração foram positivos. O primeiro cifrou-se em 8.281.780,46 € (2.133.292,80 € no exercício anterior), e o segundo 10.188.210,73 € (2.672.604,22 € no exercício anterior), o que traduz um aumento sustentado em ambos os casos (gráfico 3-16)

Gráfico 3-17 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS



(Handwritten signatures and initials in blue ink)



Conta de Gerência 2017

Ao nível da estrutura de custos merece destaque a manutenção do peso significativo dos gastos com transferências correntes concedidas e prestações sociais, os quais representam 77,68 % (90,54% no exercício anterior) do total dos proveitos. De salientar a necessidade no desenvolvimento dos programas de promoção e criação de empregos, a associação ao risco inerente à promoção do crescimento de atividades empresariais, através da promoção de investimentos e associados a processos de inovação e desenvolvimento.

3.5 INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

A massa salarial agregada a procedimentos no Fundo Regional, cresceu 2,96% relativamente ao exercício económico anterior (2016), agregada ao aumento de 11,11% do n.º médio de trabalhadores, ao que contrapõe uma diminuição de 18,20 % no n.º médio de registos de pagamento, que em termos absolutos totalizaram 95.270 registos, e em termos médios, 7.939 registos mensais (gráfico 3-18).

Gráfico 3-18 – DESPESA vs MASSA SALARIAL (milhares €)



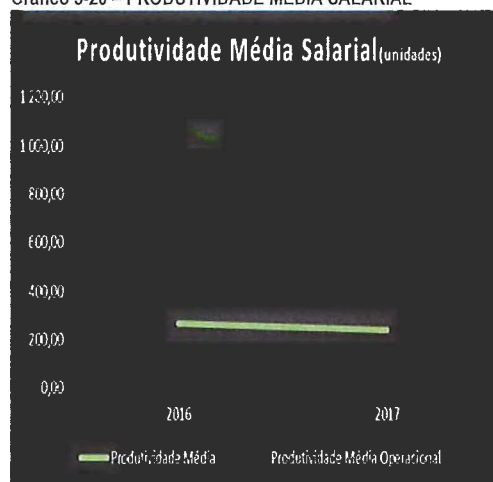
Gráfico 3-19 – CUSTO MÉDIO SALARIAL (€)



O Custo Médio Salarial decresceu 7,34%, representando em 2017 um valor médio mensal de 1.741,67 €, verificando-se por seu turno que o Custo Médio Operacional cresceu 39,84%, alicerçado no decréscimo do n.º de procedimentos agregados à despesa, apresentando um valor médio de 263,26 €. Na prática, para o mesmo n.º de dias trabalhados em 2017, registaram-se perdas de produtividade média por posto de trabalho agregados a custos de 75,01 € (gráfico 3-19).

A produtividade média salarial decresceu 9,91%, o que significa que em 2017 por cada 1€ de massa salarial, foram gerados pagamentos de 242,91€¹⁰, sendo que a produtividade média operacional decresceu 26,37%, que na prática traduz que cada posto de trabalho potenciou 826 registos de pagamentos mensais (gráfico 3-19).

Gráfico 3-20 – PRODUTIVIDADE MÉDIA SALARIAL



¹⁰ Metodologia agregada aos relatórios mensais de atividade do CA.

3.6 INDICADORES ECONÓMICO E FINANCEIROS

Rácios	
Rentabilidade	2017
Rentabilidade dos capitais próprios (RL / Cap. Próprio)	0.26
Rentabilidade líquida do activo (RL / Total do activo)	0.18
Rentabilidade dos proveitos (RL / Proveitos Operacionais)	0.81
Rentabilidade das vendas e prestações de serviços (RL / Vendas mercadorias + Prestação Serviços + Impostos)	62.5
Margem Bruta das Vendas em percentagem (CMVMC / Vendas mercadorias)	0
Rentabilidade Líquida das Vendas (Resultados Operacionais / Vendas mercadorias + Prestação Serviços + Impostos)	76.80
Liquidez	
Liquidez Imediata (Total Disponibilidades / Dívidas a Terceiros c/ prazo)	1.83
Liquidez Reduzida ((Total Disponibilidades + Dívidas de Terceiros c/prazo) / Dívidas a terceiros de c/prazo)	42.64
Liquidez Geral ((Total Disponibilidades + Dívidas de Terceiros c/prazo) + Existências) / -/ Dívidas a terceiros de c/prazo)	42.64
Alavanca e Risco	
Autonomia financeira (Cap. Próprio / Total do Ativo)	0,74
Solvabilidade Total (Cap. Próprio / Total do Passivo)	2.19
Cobertura dos encargos financeiros (Resultados Operacionais + Amortizações Exercício) / Custos Financeiros	5.02
Resultados Líquidos / Encargos Financeiros	4.07
Fundo de Maneio (Total Existências + Dívidas de Terceiros a c/ prazo + Total Disponibilidades) - Dívidas a Terceiros c/ prazo	43.267.387,56
Cash – Flow (RL + Amortizações Exercício + Provisões Exercício)	8.281.780,46
Funcionamento	
Rotação do Activo (Vendas Mercadorias + Prestação Serviços) / Total do Activo	0
Rotação dos Capitais Circulantes (Vendas Mercadorias + Prestação Serviços) / (Total das Disponibilidades + Dívidas de Terceiros c/ prazo + Existências)	0
Rotação dos Capitais Próprios (Vendas Mercadorias + Prestação Serviços) / CP	0
Rotação de Existências (Vendas Mercadorias + Prestação Serviços + Impostos) / Total Existências	0

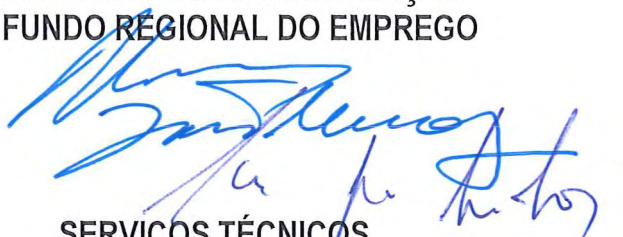
PMR (dias) (Utentes c/c / (Vendas Mercadorias + Prestação Serviços + Impostos)	0
PMP (dias) (Fornecedores / (Compras + FSE)) * 365	0

3.7 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

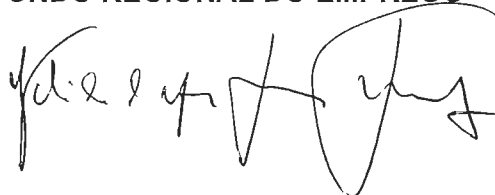
O resultado líquido positivo apurado no exercício de 2017, no valor de 8.256.851,12 €, deverá ser registado na conta 59 – Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 27 de abril de 2018.

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DO FUNDO REGIONAL DO EMPREGO**



**SERVIÇOS TÉCNICOS
DO FUNDO REGIONAL DO EMPREGO**



FICHA TÉCNICA

Função	Categoria	Nome
Supervisão	Presidente do Conselho de Administração	Rui Pedro dos Santos Rodrigues
	Vogal do Conselho de Administração	Carlos José de Oliveira Leite
	Vogal do Conselho de Administração	João Manuel Beliz Trabuço
Executiva	Técnico – Superior	Idílio de Jesus Resendes Fernandes



